

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 23/09/2015

- [Adolescentes brasileiras entregam Declaração das Meninas na ONU](#)
- [Adolescentes respondem por menos de 10% do total de delitos, diz Ipea](#)
- [Crianças com tendência antissocial buscam segurança na escola](#)
- [Projeto de Vara da Infância atua na recuperação de jovens infratores](#)
- [Tribunal de Mato Grosso investe em melhorias em Juizado da Infância](#)
- [Adolescente de 14 anos é morta a tiros em Abreu e Lima](#)
- [Estado tem 43 crianças na fila de transplante](#)
- [Papa diz aos bispos americanos que os crimes de pedofilia jamais se repetirão](#)

Assunto: Adolescentes brasileiras entregam Declaração das Meninas na ONU

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 23/09/2015



Duas estudantes do ensino médio da rede pública, a carioca Luiza, do estado do Rio de Janeiro, e Irlane, do estado do Maranhão, de 17 anos, vão representar o Brasil na Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), onde entregarão a líderes mundiais a Declaração das Meninas. Elas participaram do projeto Essa é Minha Vez!, da organização não governamental (ONG) de origem inglesa Plan International Brasil, que atua na defesa dos direitos da infância. Elas viajam amanhã (23) à noite para Nova York, nos Estados Unidos. O objetivo é pedir aos governos que coloquem as reivindicações das meninas na agenda do desenvolvimento sustentável que será apresentada esta semana, disse hoje (22) à Agência

Brasil o gerente de Estratégias de Programa da ONG, Gabriel Barbosa.



Irlane (de blusa branca e casaco rosa) e Luiza (de casaco azul), duas estudantes do ensino médio da rede pública, vão representar o Brasil na Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), onde entregarão a líderes mundiais a Declaração das Meninas

Esta é a primeira vez que essa declaração é feita. Luiza e Irlane foram escolhidas entre 86 meninas de todo o país. Os sobrenomes das estudantes, bem como os nomes das escolas onde estudam, não foram revelados devido à política de proteção infantil da ONG. “A emoção é grande, a

felicidade é grande, porque eu gosto de saber que a minha voz vai ser ouvida. Quando eu falo, não falo somente por mim, mas por todas as meninas do Brasil”, afirmou Luiza. “Significa que eu vou estar levando vozes de outras meninas, vou ajudar a declaração que nós, meninas, fizemos. Vamos defender isso nas Nações Unidas e conhecer a realidade de outros países. É de suma importância para mim e para o Brasil”, acrescentou Irlane.

Saúde, educação, proteção e profissionalização são as prioridades que constam na declaração brasileira, que se somará a documentos formulados por meninas de outros três países em desenvolvimento: Filipinas, Quênia e Paquistão. Ao todo, 500 meninas ajudaram a elaborar o documento que Luiza e Irlane irão apresentar. “Esses são os tópicos mais importantes para as meninas”, disse Luiza. Ela acredita que é preciso lutar por mais direitos para as meninas e, por consequência, para as mulheres, no país. “Eu acho que para o Brasil andar, com certeza precisa disso”.

Irlane sabe que há um longo caminho para que os pleitos constantes na declaração se tornem realidade. “Mas nada que um esforço e uma equipe boa trabalhando não ajudem. O projeto está se desenvolvendo e tudo é possível”, afirmou a adolescente, que conseguiu entregar o documento à presidenta, durante recente visita de Dilma Rousseff ao Maranhão. Enquanto Luiza pretende fazer curso de ciências políticas, para trabalhar na área social, Irlane vai fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em outubro próximo e pretende cursar a faculdade de engenharia química ou de petróleo.

ODS

O gerente de Estratégias de Programa da Plan International Brasil, Gabriel Barbosa, explicou que a Declaração das Meninas foi um documento pensado a partir da iniciativa do projeto Essa é Minha Vez! para dar ênfase ao que o Brasil pretende investir com relação aos objetivos do desenvolvimento sustentável. “O documento retrata o que as meninas conseguiram identificar e sugerir que o Brasil venha a investir, a partir dos objetivos do desenvolvimento sustentável. No documento, elas se expressam de forma que os governos nos três níveis (federal, estadual e municipal) saibam o que as meninas pensam, quais são os principais desafios enfrentados e as iniciativas e sugestões que elas gostariam de fazer para o governo”.



Irlane com a presidenta Dilma Rousseff

Barbosa informou que o Brasil foi selecionado para integrar o projeto por ter sido reconhecido internacionalmente entre os países que conseguiram obter bons avanços em relação ao cumprimento dos objetivos do milênio, definidos há 15 anos, entre os quais aqueles referentes à erradicação da fome e da pobreza. Segundo ele, a partir deste ano, começam a vigorar os objetivos do desenvolvimento sustentável. De acordo com o Itamaraty, o processo foi iniciado em 2013 e os ODS deverão orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos 15 anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Barbosa disse que a partir da Assembleia da ONU, o próximo passo é definir internamente como o Brasil vai fazer os investimentos necessários para atingir os objetivos traçados. O projeto Essa é Minha Vez entra nesse processo com as meninas vistas como possíveis

lideranças. “Meninas que são empoderadas, que conhecem seus direitos, dificuldades e objetivos. Elas entram no processo para tentar fazer incidência, a partir da Declaração das Meninas e, posteriormente, fazer um monitoramento para saber como os governos estão trazendo isso para as realidades vivenciadas pelas meninas”.

Durante a Assembleia da ONU, que se estenderá da próxima sexta-feira (25) até domingo (27), Luiza e Irlane participarão de eventos articulados com outras delegações estrangeiras, além dos três países que formularam a declaração, voltados para discussão em torno da participação das mulheres e meninas e de questões de gênero. Na ocasião, a Declaração das Meninas será entregue formalmente à presidenta Dilma Rousseff.

O projeto Essa É a Minha Vez! começou com encontros locais com dez meninas em cada uma das cinco regiões do Brasil, nos estados do Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará e do Distrito Federal. Nesses grupos, as adolescentes começaram a pensar sobre suas vidas e seus direitos. Duas meninas de cada região foram selecionadas para um encontro em Brasília. Desse grupo, Luiza e Irlane foram eleitas para levar a declaração à ONU.

Assunto: Adolescentes respondem por menos de 10% do total de delitos, diz Ipea

Fonte: Portal Andi

Data: 23/09/2015



Apenas 10% do total de delitos cometidos no país são praticados por garotos e garotas. Nos crimes contra a vida, os menores de 18 anos representam 8% de todas as representações por ato infracional feitas pelo Ministério Público. Os números constam de pesquisa divulgada nesta segunda (21) pelo Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), com base em denúncias apresentadas em 2013 pelo Ministério Público em todo o país, envolvendo delitos praticados por maiores e menores de idade. O economista Daniel Cerqueira, que divulgou o documento, participou de seminário promovido pelo Ipea sobre a redução da maioridade penal, no Rio de Janeiro, onde afirmou que a melhor estratégia para diminuir a incidência de crimes é por meio da socialização do indivíduo, e não pela punição. “Endurecer simplesmente as leis não funciona. O que funciona, basicamente, é educação, é oportunidade para os jovens”. A partir de dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações do Ministério da Saúde, o Ipea avaliou se a mudança do estado de maioridade penal teria algum efeito sobre homicídios no Brasil. “Não há nenhum indício disso aqui”. Estudo feito pelo instituto apurou as consequências da existência no Brasil de uma política abrangente de colocar no nível médio educacional todas as pessoas com mais de 15 anos de idade. “O resultado é substancial”, manifestou o economista. Caso todas as pessoas no país tivessem, pelo menos, o ensino médio, a taxa de homicídios cairia cerca de 42%, indicou. “O que os nossos resultados mostram é que o caminho das oportunidades é pela educação”. O exercício feito pelo Ipea pegou as características da população brasileira e das vítimas de homicídios no país, como cor, nível educacional, idade, local de residência. Foi feito um modelo probabilístico para entender as variáveis determinantes que explicam a probabilidade de a pessoa ser vítima de homicídio no Brasil. A partir desse exercício econométrico, os pesquisadores do Ipea criaram um cenário fictício para verificar qual seria a implicação de uma possível mudança das características da população em relação à escolaridade sobre os homicídios.

Maioridade penal

A técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea, Enid Rocha Andrade da Silva, autora de estudo anterior sobre a redução da maioridade penal divulgado em junho passado, defendeu a necessidade de se fortalecer a legislação existente no país sobre o tratamento para adolescentes em conflito com a lei. “Qualquer mudança deve ocorrer dentro dessa legislação”, disse. Segundo ela, as mudanças que preveem aumentar o tempo de internação como medida especial dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente são uma opção melhor do que a Proposta de Emenda Constitucional 171/1993 que “coloca os meninos no sistema prisional de adulto”. A PEC 171 altera o artigo 228 da Constituição Federal e visa reduzir de 18 para 16 anos a idade mínima para a responsabilização penal. Ela foi aprovada pela Câmara dos Deputados e está no Senado para votação. A pesquisa de junho do Ipea traça um retrato dos

adolescentes que estão privados de liberdade, o tipo de delito praticado, onde eles se encontram no Brasil. “O que a gente viu é que o perfil do adolescente em conflito com a lei é de exclusão social. São menores que vivem em famílias muito pobres, com até um quarto de salário mínimo 'per capita' (por habitante) e quando cometeram o delito, eles não trabalhavam nem estudavam, não haviam concluído o ensino fundamental”. Cerca de 70% dos adolescentes tinham entre 16 e 18 anos de idade. De acordo com a pesquisa, esse mundo tem predomínio masculino: quase 85% desses adolescentes são meninos. Quando cometeram o delito, esses meninos e meninas usavam drogas, principalmente maconha e 'crack'. Enid informou que quando a pesquisa foi efetuada, em 2013, havia 23 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade no país, que são as medidas em meio fechado, englobando internação, semiliberdade ou medida provisória em que eles ficam apreendidos por 45 dias. A maior parte dos 23 mil adolescentes abrangidos pela pesquisa, ou o correspondente a 75% do total, estavam concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste. A maior parte dos delitos praticados envolvia furto, roubo e ligação com o tráfico. Apenas 14%, ou 3.200, haviam cometido delitos contra a vida, que são homicídio, estupro e lesão corporal. Na nota técnica, o Ipea criticou o mito da impunidade e mostrou que o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao prever as medidas de internação, destaca que a medida mais severa deve ser aplicada somente em flagrante delito e de crimes que atentam contra a vida. “Se a gente fosse seguir essa recomendação do estatuto, não teria esses 23 mil adolescentes privados de liberdade, cumprindo a medida mais severa e, sim, aqueles 14% que cometeram delitos que atentam contra a vida”, argumentou a pesquisadora. A pesquisa aponta ainda que, dentro do sistema único de assistência social, por exemplo, está sendo estruturado um caminho novo, já com avanços em vários municípios, que é a medida socioeducativa em meio aberto englobando a prestação de serviços para a comunidade e a liberdade assistida. Enid Rocha considerou que esse é um caminho para que o Judiciário aplicasse mais medidas em meio aberto para os delitos que não justificassem internação ou privação de liberdade.

Assunto: Crianças com tendência antissocial buscam segurança na escola

Fonte: Portal Andi

Data: 23/09/2015



Pesquisa do Instituto de Psicologia (IP) da USP acompanhou durante um ano alunos do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola do interior paulista. O objetivo foi conhecer a dinâmica do comportamento antissocial numa instituição de ensino e a relação estabelecida entre esses alunos e membros do colégio, especialmente professores. Em seu estudo de doutorado, a pedagoga Daniela Oyama utilizou como referência os conceitos do psicanalista Donald Woods Winnicott para traçar o perfil do comportamento antissocial dessas crianças, com o objetivo de possibilitar que a escola pudesse oferecer um ambiente mais favorável ao seu desenvolvimento. A pesquisa Comportamento antissocial na escola: Um estudo a partir da teoria de D. W. Winnicott foi orientada pela professora Maria Lucia Toledo Moraes Amiralian. “Fiz o mestrado na Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (Unicamp) e, durante a pesquisa na escola, me chamou a atenção a questão da violência dentro do ambiente escolar”, revela Daniela. Segundo a pesquisadora, os professores relatavam a violência presente no dia a dia da escola – agressões de alunos contra alunos, professores e funcionários – e fora dela, em seu convívio familiar. “Muitos dos professores, inclusive, também demonstravam medo de alguns pais de alunos”, relata.

Tendência antissocial

Segundo Daniela, o comportamento antissocial é a manifestação clínica da tendência antissocial. Ela explica que, de acordo com Winnicott, a tendência antissocial pode ser uma dificuldade inerente ao desenvolvimento emocional. As manifestações clínicas da tendência antissocial variam desde a gula até perversões, delinquência e, no extremo, a psicopatia. Muitas de suas manifestações nos estágios iniciais são tratadas com êxito pelos próprios pais. Há sempre duas direções na tendência antissocial, mas uma delas pode ser predominante à outra: uma é tipicamente representada pelo furto associado à mentira e a outra, pela destrutividade. “Para Winnicott, na origem da tendência antissocial há uma ‘deprivação’ sofrida pela criança, a qual se refere à perda de um ambiente bom após uma boa experiência inicial, a perda de uma pessoa amada ou de um ambiente seguro.” A pesquisadora relata que a criança deixa de se sentir livre e sua vida instintual torna-se inibida ou dissociada dos cuidados oferecidos a ela. Contudo, caso haja alguma chance de se encontrar novamente o ambiente seguro perdido, a criança passará a testar a confiabilidade do ambiente por meio de seu comportamento antissocial. “Portanto, seu comportamento é um sinal de esperança, um pedido de ajuda da criança”, completa. Crianças privadas são inquietas e incapazes de brincar. A tendência antissocial pode ser uma dificuldade inerente ao desenvolvimento emocional e por isso suas manifestações podem estar presentes na escola. Daniela aponta que a escola pode minimizar tais comportamentos, mas precisa compreender sua origem e o pedido de ajuda da criança. Ela explica que, se o ambiente for estável, forte e seguro o suficiente, a criança poderá experimentar novamente seus impulsos, especialmente os agressivos.

Observação

Na pesquisa, a metodologia utilizada foi a clínico-qualitativa. Para realizar a pesquisa, durante um ano letivo, Daniela observou intervalos e aulas, verificou registros no Livro de Ocorrências de Alunos da escola e participou passivamente de reuniões de Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC). Além disso, a pesquisadora realizou entrevistas individuais e conversas informais com direção, professores, funcionários e pais ou responsáveis de alunos, fazendo encontros semanais com três alunos indicados pela escola os quais aparentavam ter comportamento antissocial. O estudo permitiu à pesquisadora descrever a forma como um típico aluno com tendência antissocial cobrava que o ambiente suportasse seus impulsos agressivos e como estabelecia a relação com os adultos na escola, assim como a mudança em seu comportamento durante o ano, apesar de algumas pessoas não a notarem. Daniela conseguiu observar a melhora de outros alunos acompanhados na pesquisa e constatar como um bom ambiente proporcionado por seus professores pode gerar mudanças no comportamento dos alunos e, possibilitando que eles retomassem seu processo de desenvolvimento emocional. “Instituições como a escola têm a chance de ajudar um aluno com tendência antissocial por meio do manejo do ambiente. A escola, como instituição, poderia proporcionar aos professores um espaço de aprofundamento e discussão sobre a teoria e sobre as dificuldades que eles enfrentam no relacionamento com seus alunos.”, completa. Daniela ressalva a importância de conversar e ouvir esses profissionais, acolher suas angústias e ajudá-los em suas dificuldades.

Assunto: Projeto de Vara da Infância atua na recuperação de jovens infratores

Fonte: CNJ

Data: 23/09/2015



A juíza titular na Vara da Infância e Juventude da capital, Lucia Glioche Mothé, apresentou palestra, nesta segunda-feira (21/9), abordando o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, para cerca de 40 crianças e adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase), no Rio. O evento faz parte do Projeto Uni-Duni-Tê - A Justiça com Você, criado pelo Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (Deape) e, durante

a palestra, a magistrada revelou surpresa pela recepção e interesse dos internos.

“Considero essa iniciativa muito importante e fiquei impressionada pelo interesse demonstrado. Eu percebi que muitos nem mesmo entendiam o que estava acontecendo com eles. Esse esclarecimento é muito importante para que eles possam compreender o momento pelo qual estão passando”, afirma.

A juíza, que tomará posse da Vara de Execução da Medida Socioeducativa na próxima segunda-feira (28/9), avaliou que o evento foi tão positivo que agora já estuda a ideia de dar continuidade ao “bate papo” com os adolescentes. Na opinião da magistrada, a partir de agora haverá maiores condições de proximidade com os menores.

“A grande vantagem, a partir de agora, é a separação das varas que cuidam da infância e juventude em uma vara que aplica a medida e uma nova vara, criada em 31 de agosto, que vai cuidar do cumprimento das medidas aplicadas. Em geral, o preso, ou apreendido, no caso de menores de 18 anos, não se rebelam contra as autoridades, porque sabem que, de alguma forma, carregam alguma culpa sobre a decisão judicial. O que revolta os infratores é quando são tratados com desdém. Quando você trata com a devida educação que toda pessoa merece, não gera transtorno”, disse a magistrada.

Oportunidade - O projeto busca aproximar o Poder Judiciário da população infanto-juvenil e tem sido desenvolvido nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, por meio de palestras realizadas por magistrados e profissionais especializados sobre o funcionamento do Judiciário. A intenção do Uni-Duni-Tê é que o público alvo tenha a oportunidade de conhecer os seus deveres e seus direitos como cidadãos, abordando, ainda, temas sobre a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Torcedor, Código Ambiental, violência doméstica e manifestações públicas, entre outros.

A Escola João Luiz Alves, uma unidade específica para atendimento de internos, foi a primeira unidade do Degase a receber o projeto, que será expandido para todas as 25 unidades.

Assunto: Tribunal de Mato Grosso investe em melhorias em Juizado da Infância

Fonte: CNJ

Data: 23/09/2015



Novos computadores, aparelhos de ar-condicionado e a reforma da estrutura física da sede do Juizado de Infância e Juventude são alguns dos benefícios que os agentes da infância e da juventude de Cuiabá estão recebendo do Poder Judiciário mato-grossense. Para conferir as melhorias, o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Paulo da Cunha, visitou o juizado em 18 de setembro. “Oferecer melhores condições de trabalho para os servidores do Judiciário é um compromisso que fizemos e por isso estamos aqui para acompanhar o andamento dessas atividades”, relatou o magistrado na ocasião.



O presidente destacou ainda como os novos instrumentos de trabalho fazem parte do processo de valorização do agente da Infância e da Juventude. “Esses equipamentos têm como função reforçar a prestação de serviço dos agentes. Confere mais qualidade à execução do trabalho prestado à sociedade”, acrescentou.

Em contrapartida, o juiz titular da 2ª Vara Especializada da Infância e Juventude de Cuiabá, Túlio Duailibi Alves Souza, agradeceu pelo cuidado e atenção dedicados ao juizado. “Estamos contentes porque o senhor abraçou nossa causa, fato que desperta nos agentes a importância do trabalho que eles realizam. Tenho certeza que essa confiança irá proporcionar muitos resultados positivos”, pontuou.

Condições de trabalho - Reforçando o impacto das mudanças quanto à prestação do serviço, a agente da infância e da juventude Joelma Natalice disse que pequenas ações podem provocar grandes mudanças. “Parece simples, mas novas máquinas, a ampliação das salas de atendimento e o aumento de repasse trazem melhores condições de trabalho. Antes, trabalhávamos de forma rotineira. Com esses avanços, trabalharemos com mais vontade”, enfatizou.

Os agentes da Infância e da Juventude da Comarca de Cuiabá atendem na capital do estado e na comunidade do Distrito da Guia.

Assunto: Adolescente de 14 anos é morta a tiros em Abreu e Lima
Fonte: Portal G1 PE
Data: 23/09/2015



Crime aconteceu na noite da terça-feira, no bairro de Caetés 1. Jovem foi atingida por tiros na cabeça; não foram identificados suspeitos.

Uma adolescente foi morta, na noite da terça-feira (22), em Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife. O crime aconteceu na Rua 172, no bairro de Caetés 1, por volta das 20h30. A jovem tinha 14 anos e foi atingida por tiros na cabeça.

O local onde aconteceu o crime é uma área urbana, pavimentada e iluminada, região que funciona como ponto de venda de drogas, de acordo com a corporação. Nenhum suspeito foi identificado e não há informações sobre a motivação do crime.

Assunto: Estado tem 43 crianças na fila de transplante

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 23/09/2015

jornal do commercio

Demora do transplante pediátrico costuma ser maior do que no caso dos adultos.



Campanha teve início com panfletagem

O momento de dor que é perder um filho pode ser transformado em esperança para outra criança. Ser doador de órgãos e tecidos é uma decisão difícil a ser tomada, mas, muitas vezes, é a única chance de vida para aqueles que esperam na fila por um transplante. “Ao todo, 43 crianças aguardam por uma doação no Estado. Esses pequenos podem ter muito para viver ainda, só

dependem da doação. A morte de um filho é sempre um momento difícil, mas os pais têm a possibilidade de salvar outra criança”, considera o coordenador do programa de transplantes da Central de Transplantes de Pernambuco (CT-PE), André Bezerra.

Em Pernambuco, as crianças e adolescentes, com idade entre 0 e 18 anos, representam 3,2% das mais de 1.300 pessoas que esperam um órgão ou tecido para ter mais qualidade de vida. Entretanto, apesar do valor considerado pequeno em relação ao de adultos, a demora para o transplante pediátrico costuma ser maior. “É preciso ter uma aproximação de peso e altura entre o doador e receptor do transplante. E a quantidade de órgãos e tecidos doados por crianças é pequena. Sendo assim, a espera por um doador compatível pode se prolongar mais do que no caso dos adultos”, explica a coordenadora da CT-PE, Noemy Gomes.

As crianças veem na corrente de solidariedade da doação a possibilidade de continuarem realizando atividades normalmente, como no caso de Sayonara Sabino Dantas, 8 anos. “Minha filha sempre foi muito feliz, animada, mas agora está debilitada e precisou até parar de ir à escola por conta do tratamento. Nós estamos esperando muito pelo dia em que receberemos a notícia que encontraram um doador compatível com ela. A angústia que eu sinto é enorme, quero tanto ver ela saudável novamente”, diz emocionada a dona de casa Solange Sabino, 30 anos, sobre a filha que aguarda por um fígado.

Assunto: Papa diz aos bispos americanos que os crimes de pedofilia jamais se repetirão

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 23/09/2015

jornal do  commercio

Cerca de 6.400 padres católicos foram acusados de abusar de menores nos Estados Unidos entre 1950 e 1980.



Francisco adotou medidas severas contra a pedofilia, mas, nos Estados Unidos, sua decisão de não se reunir com vítimas de abuso sexual decepcionou muitos seguidores

O papa Francisco pediu nesta quarta-feira aos bispos dos Estados Unidos para que trabalhem para os casos de abuso sexual infantil que abalaram a Igreja Católica não se repitam novamente.

"Eu sei o quanto os fez sofrer o ferimento dos últimos anos, e tenho acompanhado de perto seu generoso esforço para curar as vítimas, consciente de que, quando curamos, também somos

curados, e por continuar a trabalhar para garantir que esses crimes não se repitam mais", disse pontífice argentino durante uma sessão de oração com os prelados em uma igreja em Washington.

Francisco adotou medidas severas contra a pedofilia, mas, nos Estados Unidos, sua decisão de não se reunir com vítimas de abuso sexual decepcionou muitos seguidores.

Cerca de 6.400 padres católicos foram acusados de abusar de menores nos Estados Unidos entre 1950 e 1980, mas ativistas acreditam que o número pode ser bem maior.

Em outro tema de importância, o papa pediu aos padres americanos que acolham sem medo em suas igrejas os migrantes latinos.

"Agora existe esta grande onda de imigração latina em muitas de suas dioceses () Talvez não seja fácil para vocês ler sua alma; talvez sejam submetidos à prova por sua diversidade. Em todo caso, saibam que também têm recursos a compartilhar. Portanto, os acolham sem medo", afirmou o pontífice.